



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

Dê-se nova redação ao art. 165, caput, de seu § 1º, inciso II, para acrescentar as alíneas “d” e “e”, e do § 2º, do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024

CAPÍTULO IX

**DOS RESÍDUOS E DEMAIS MATERIAIS DESTINADOS À RECICLAGEM,
REUTILIZAÇÃO OU LOGÍSTICA REVERSA, ADQUIRIDOS
DE PESSOA FÍSICA, COOPERATIVA, EMPREENDEDORES
OU OUTRA FORMA DE ORGANIZAÇÃO POPULAR**

Art. 165. O contribuinte de IBS e de CBS sujeito ao regime regular poderá apropriar créditos presumidos dos referidos tributos relativos às aquisições de resíduos sólidos de coletores incentivados para utilização em processo de destinação final ambientalmente adequada, bem como dos materiais produzidos a partir dos referidos resíduos e empregados como matérias-primas de outros produtos.

§ 1º Para fins do caput deste artigo, consideram-se: (...)

II - coletores incentivados:

a) pessoa física que executa a coleta ou a triagem de resíduos sólidos e a venda para contribuinte do IBS e da CBS que lhes confere destinação final ambientalmente adequada;

b) associação ou cooperativa de pessoas físicas que executa exclusivamente a atividade mencionada na alínea a deste inciso; e



c) associação ou cooperativa que congrega exclusivamente as pessoas de que trata a alínea b deste inciso;

d) o comércio atacadista de resíduos sólidos e sucatas de materiais diversos;

e) aterros sanitários que tenham sistema de triagem de resíduos sólidos.

III- Agentes econômicos organizados:

a) Empresas formalmente registradas na atividade de reciclagem e comércio atacadista de resíduos sólidos, devidamente habilitadas nos órgãos ambientais competentes.

§ 2º Os créditos presumidos de que trata o caput deste artigo somente poderão ser apropriados de forma gradual, em período de até 5 anos, para dedução, resarcimento ou compensação, na forma do art. 34 desta lei, do valor do IBS e da CBS devidos pelo contribuinte, sendo calculados com base no preço de venda dos produtos resultantes da industrialização, mediante a aplicação dos seguintes percentuais:

I - para o crédito presumido de IBS, 35% (treze por cento);

II - para o crédito presumido de CBS, 20% (sete por cento).

Acrescenta art. 165-A, § único, do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024:

Art. 165-A. O contribuinte de IBS e CBS, sujeito ao regime regular e caracterizado como indústria ou entidade dedicada à reutilização, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional, poderá apropriar-se de créditos presumidos desses tributos, desde que receba resíduos sólidos de outras empresas geradoras e os utilize na produção de materiais ou como matéria-prima na produção de outros produtos, assegurando uma destinação final ambientalmente adequada.

§ único: Os créditos presumidos referidos no caput poderão ser apropriados de forma gradual, em período de transição de até 5 anos, para a dedução, resarcimento ou compensação, na forma do art. 34 desta lei, do valor do IBS e da CBS devidos pelo contribuinte que utilizou os resíduos sólidos recebidos das empresas geradoras na produção de materiais ou como matéria-prima, sendo calculados com base no preço de venda dos produtos resultantes da industrialização, mediante a aplicação dos seguintes percentuais:

I - para o crédito presumido de IBS, 35% (treze por cento);

II - para o crédito presumido de CBS, 20% (sete por cento).

Dê-se nova redação ao art. 411, inciso II, para acrescentar a alínea “c” do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024:

TÍTULO II

DO IMPOSTO SELETIVO SOBRE OPERAÇÕES

CAPÍTULO I

DO MOMENTO DE OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

(...)

CAPÍTULO II

DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 411. Aplica-se:

II - Não incidência do Imposto Seletivo sobre:



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7794970311>

(...)

c) Nas vendas de produtos industrializados a partir de resíduos sólidos mencionados no inciso I, §1º do art. 165 desta Lei Complementar.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece uma estrutura normativa que enfatiza o incentivo ao setor de reciclagem, reconhecendo-o como um pilar crucial para a gestão sustentável dos resíduos sólidos. A PNRS adota princípios que não apenas promovem a indústria de reciclagem, mas também valorizam os resíduos sólidos recicláveis como bens de importância econômica e social, o que impulsiona a geração de trabalho, renda e cidadania.

Nos objetivos delineados pela PNRS, destaca-se o estímulo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, com atenção especial ao tratamento ambientalmente adequado dos mesmos. A legislação incentiva o uso de materiais recicláveis como insumos em novos processos produtivos, consolidando o papel da reciclagem no desenvolvimento sustentável. Além disso, a PNRS define instrumentos que facilitam o crescimento da indústria de reciclagem, incluindo incentivos fiscais, financeiros e creditícios, os quais fomentam o desenvolvimento do setor. A normativa autoriza que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios implementem regulamentações para conceder benefícios fiscais, financeiros ou creditícios às indústrias voltadas à reutilização, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos, observando os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Neste contexto, a Lei 12.305/2010 reforça a centralidade da reciclagem como vetor para a sustentabilidade ambiental, promovendo sua expansão por meio de políticas públicas e vantagens específicas. A legislação, ao valorizar a reciclagem, impulsiona não apenas o desenvolvimento econômico e social, mas também contribui para a proteção ambiental ao reduzir a extração de recursos naturais e mitigar os efeitos negativos do acúmulo de resíduos sólidos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7794970311>

A Reforma Tributária, conduzida pela Emenda Constitucional 132/2023, incorporou a preservação ambiental como um dos princípios norteadores do Sistema Tributário Nacional, ao lado de princípios como simplicidade, transparência, justiça tributária e cooperação. A pauta ambiental, dada sua urgência global, requer ações concretas para mitigar os impactos ambientais e combater as mudanças climáticas. Nesse sentido, a reciclagem desempenha um papel decisivo na preservação ambiental, pois reduz o descarte inadequado de materiais e preserva recursos energéticos não renováveis, como o petróleo e o gás natural, utilizados na produção de plásticos. Estimular o retorno de materiais pós-consumo ao setor industrial, transformando-os em novos produtos, é, portanto, uma diretriz fundamental.

Com esse propósito, a extensão do crédito presumido, criado para fomentar a aquisição de resíduos sólidos, deve abranger também a compra de materiais reciclados, como resinas plásticas provenientes de garrafas PET recicladas ou de polietileno e polipropileno. Esta ampliação promove uma verdadeira economia circular, alinhada com políticas públicas ambientais, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e a Estratégia Nacional de Economia Circular (Decreto 12.082/2024), as quais buscam substituir o modelo linear de produção por uma economia circular, incentivando o uso responsável de recursos naturais.

A inclusão de agentes econômicos organizados no rol dos beneficiários de créditos presumidos de IBS e CBS é essencial para consolidar uma economia circular robusta, permitindo que a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos ocorram em escala industrial. A previsão de um período de transição e de uma regulamentação gradual permite que o setor se adapte progressivamente às novas exigências fiscais e ambientais, oferecendo maior controle, segurança jurídica e sustentabilidade econômica ao sistema tributário, ao mesmo tempo que impulsiona a preservação ambiental e o uso consciente dos recursos naturais.

Urge, ainda, que se corrija a cadeia de fornecimento de materiais pós-consumo, uma vez que o PLP 68/24 contempla apenas catadores e cooperativas, negligenciando a relevância dos comerciantes atacadistas de resíduos e da própria indústria de reciclagem, ambos fundamentais para a reinserção de materiais na



cadeia produtiva. O avanço deste setor levou o IBGE a classificar esses atores na CNAE 46.87-7, sublinhando seu papel essencial na economia circular e nas práticas sustentáveis.

Em síntese, a emenda em questão busca beneficiar a indústria de reciclagem, o comércio atacadista de resíduos sólidos e os aterros sanitários que dispõem de sistemas de triagem, proporcionando um regime tributário mais adequado e eficiente, o que favorece a competitividade dos produtos reciclados e a promoção de uma industrialização sustentável. A proposta visa, ainda, preservar a neutralidade e a segurança jurídica na arrecadação de tributos, promovendo um ambiente regulatório estável e propício ao crescimento desse setor fundamental para a sustentabilidade.

Assim, à semelhança das aquisições feitas de catadores e cooperativas, as compras realizadas junto a agentes organizados do setor de reciclagem e comércio atacadista também devem gerar os mesmos créditos presumidos de IBS e CBS. Essa equiparação garantirá que o setor de reciclagem, independentemente de sua forma organizacional, receba estímulos adequados, promovendo a maior utilização de materiais recicláveis e fortalecendo os princípios de sustentabilidade e preservação ambiental.

A indústria de reciclagem, além de promover uma cadeia produtiva mais sustentável, evita o direcionamento de resíduos industriais para aterros, contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais. Ao incentivar a destinação ambientalmente adequada de resíduos por meio da indústria de reciclagem, apoia-se políticas de sustentabilidade e de economia circular, ao reaproveitar materiais que, de outra forma, seriam descartados, convertendo-os em novos produtos.

Por fim, propõe-se a concessão de um crédito presumido integral de CBS e IBS sobre o valor de venda de produtos fabricados a partir de resíduos sólidos, proporcionando um incentivo real e substancial ao uso desses materiais em substituição às matérias-primas virgens. Tal medida visa dar efetividade ao princípio constitucional da defesa do meio ambiente como orientação fundamental para as políticas tributárias na reforma do consumo, em consonância com os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que



incentiva a reciclagem e valoriza os resíduos como ativos econômicos e sociais, imprescindíveis à sustentabilidade.

Sala da comissão, 30 de outubro de 2024.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7794970311>